FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Airton Lugarinho de Lima Camara, Alexandre Lima, Elizabeth Cancelli, Estevão Chaves de Rezende Martins, Henryk Siewierski, José Maria Gonçalves de Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo Fuck, Sérgio Paulo Rouanet e Sylvia Ficher

Norman Fairclough

Discurso e mudança social

Coordenadora da tradução
Izabel Magalhães

Revisão técnica e prefácio à edição brasileira
Izabel Magalhães

EDITORA
UnB

domínios de prática discursiva, e menos em outros. Melhor que optar por um e rejeitar os outros, futuras pesquisas poderiam focalizar proveitosamente a questão de quais modelos fazem mais sentido em cada domínio e sobre as tensões entre os modelos, ao mesmo tempo em que se mantêm em discussão todas as três linhas de interpretação da mudança discursiva atual.

Capítulo 8

A prática da análise de discurso*

Este capítulo tratará de questões práticas da análise de discurso. O que se segue não deve ser considerado como um esquema, pois não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso. Os pontos a seguir, portanto, poderiam ser tomados como diretrizes gerais, indicadoras dos principais elementos e das considerações que se aplicam à análise de discurso, conforme a posição teórica que apresentei anteriormente. Tenho, eventualmente, agido baseado na suposição de que o(a) leitor(a) está próximo de se engajar em um projeto de pesquisa de investigação social e mudança discursiva maior, mas, como muitos leitores devem estar usando a análise de discurso para propósitos mais modestos, estes não poderiam ser postos de lado em função dessas suposições grandiosas. Há três principais itens: os dados, a análise e os resultados. O enfoque deste livro está, naturalmente, na análise, mas este capítulo será uma oportunidade para se abordar outros aspectos importantes para a realização da análise de discurso. Os leitores poderão comparar estas linhas mestras com aquelas fornecidas por Potter e Wetherell (1987), ou (para a análise somente) por Fowler *et al.* (1979).

* Tradução de Sandra da Rocha M. de Oliveira.

Os dados

Definição de um projeto

A análise de discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar. Tal afirmação decorre da concepção de discurso que eu venho defendendo, a qual envolve um interesse nas propriedades dos textos, na produção, na distribuição e no consumo dos textos, nos processos sociocognitivos de produção e interpretação dos textos, na prática social em várias instituições, no relacionamento da prática social com as relações de poder e nos projetos hegemônicos no nível social. Essas facetas do discurso coincidem com os interesses de várias ciências sociais e humanistas, incluindo a linguística, a psicologia e a psicologia social, a sociologia, a história e a ciência política.

O que é específico acerca de uma prática discursiva particular depende da prática social da qual é uma faceta. Projetos de pesquisa em análise de discurso são, portanto, mais sensivelmente definidos, primeiro em termos de questões sobre formas particulares de prática social e suas relações com a estrutura social; diante do enfoque que tenho adotado, em termos de aspectos particulares de mudança social ou cultural. Isso quer dizer que são as disciplinas que se ocupam com essas questões – a sociologia, a ciência política, a história – que deveriam ser consideradas em primeiro lugar na definição dos projetos de pesquisa. A análise de discurso seria mais bem tratada como um método para conduzir pesquisa sobre questões que são definidas fora dela. Poderia dar um breve exemplo. Trata-se, contudo, de uma maneira totalmente inovadora de considerá-la: em muitos casos, grupos interdisciplinares de pesquisadores podem estar aptos para trabalhar com pessoas, por exemplo, na educação ou na saúde, em investigações de questões e problemas que elas experimentam durante o curso da mudança. De fato, é possível engajar em co-pesquisa os indivíduos ou os grupos que são os sujeitos da pesquisa, que se envolverão no planejamento, na implementação, na exposição e no uso da pesquisa (ver Ivanic e Simpson, 1992[1]).

[1] Ivanic, R. e Simpson, J. Who's who in academic writing? In: Fairclough, N. (ed.) *Critical language awareness*. Londres e Nova York: Longman, 1992, p. 141-173.

O corpus

A perspectiva do(a) especialista e dos pesquisados é também importante na seleção de dados, na construção de um *corpus* de amostras de discurso e na decisão dos dados suplementares a serem coletados e usados. A natureza dos dados requeridos variarão de acordo com o projeto e as questões da pesquisa, mas há certos princípios gerais para ter-se em mente. Pode-se apenas tomar uma decisão sensível sobre o conteúdo e a estrutura de um *corpus*, à luz de informações adequadas sobre o 'arquivo'. (Esse termo é usado de uma maneira que vai além do seu uso histórico, para referir-se à totalidade da prática discursiva, seja registro de prática passada ou de prática em andamento, que se inclui dentro do projeto de pesquisa.) Trata-se, em parte, de um problema prático de saber-se o que é útil, e como chegar até lá, mas também de ter-se um modelo mental da ordem de discurso da instituição, ou o domínio do que se está pesquisando, e os processos de mudança que estão em andamento, como uma preliminar para decidir-se onde coletar amostras para um *corpus*. Naturalmente, trabalhar sobre o *corpus* pode alterar o mapa preliminar. Os analistas de discurso dependeriam das pessoas nas disciplinas relevantes e das que trabalham na área da pesquisa para decisões sobre quais amostras são típicas ou representativas de uma certa prática; se o *corpus* reflete adequadamente a diversidade da prática e as mudanças na prática mediante diferentes tipos de situação, ambas consideradas de maneira normativa e inovadora; e se o *corpus* inclui ponto crítico e momentos de crise (essas noções são explicadas a seguir). Há problemas particulares em coletar um *corpus* de dados que dá acesso a processos de mudança, porque, obviamente, é preciso tentar incorporar períodos de tempo razoáveis nos dados.

Ampliação do corpus

Há várias maneiras pelas quais um *corpus* pode ser ampliado com dados suplementares. Pode-se, por exemplo, obter julgamentos sobre aspectos de amostras do discurso no *corpus*, com base

em painéis de pessoas que estão em alguma relação significativa com a prática social em foco. Se as práticas de sala de aula e o discurso de sala de aula serão estudados, os painéis poderiam incluir professores, alunos, pais, membros de diferentes comunidades minoritárias e majoritárias, e administradores educacionais. (Para uso dos painéis, ver Gumperz, 1982.)

Uma forma comum de ampliar-se o *corpus* é o uso de entrevistas. Pode-se entrevistar pessoas envolvidas como participantes em amostras do *corpus*, não somente para estimular suas interpretações sobre as amostras, mas também como uma oportunidade para o(a) pesquisador(a) experimentar problemas que vão além da amostra como tal e tentar descobrir, por exemplo, se uma pessoa está mais consciente do investimento ideológico de uma convenção discursiva particular, em algumas situações mais do que em outras. Ou, na co-pesquisa, pode-se ter acesso mais fechado e mais formal à perspectiva daqueles que são pesquisados. O ponto a enfatizar é que entrevistas, painéis, etc. são amostras adicionais de discurso, e uma maneira pela qual podem ampliar o *corpus* é simplesmente acrescentá-las. O *corpus* poderia ser considerado não como totalmente constituído antes do início da análise, mas aberto e com possibilidades de crescimento em resposta a questões que surgem na análise.

Um exemplo

Um exemplo de um projeto de pesquisa possível dará a essas questões forma concreta. Usarei o exemplo mencionado na Introdução, de mudanças na prática discursiva associadas com a substituição da produção fordiana pela pós-fordiana, focalizando um estudo planejado de 'círculos de qualidade'. (Esse exemplo está baseado no planejamento de um projeto de junção interdisciplinar sociológico e lingüístico na Universidade de Lancaster.) Uma característica da indústria pós-fordiana é a importância crescente da comunicação na seção. Novas formas de interação entre os trabalhadores da seção, supervisores e gerentes estão emergindo, na

forma de 'círculos de qualidade', grupos de cinco a dez empregados que usualmente trabalham juntos e se encontram regularmente para discutir formas de aperfeiçoamento da qualidade, da produtividade, e outros problemas relacionados ao trabalho. Uma questão não respondida sobre os círculos de qualidade que bem pode estar relacionada às suspeitas do sindicato sobre a alta incidência de falhas desses círculos é se realmente eles rompem as velhas divisões entre empregados e dão mais poder aos trabalhadores da seção, ou se funcionam como instrumento administrativo para comprovar a experiência valiosa dos trabalhadores da seção e integrá-los em prioridades administrativas. A pesquisa é necessária para saber como os círculos de qualidade funcionam atualmente – como selecionam tópicos, como debatem problemas, como geram propostas e apresentam-nas à administração – e se o controle dessas atividades é partilhado e negociado, ou exercido mais ou menos superficialmente pela administração. Essas questões podem ser investigadas usando-se a análise de discurso como método. O *corpus* para tal estudo deve consistir de registros de vídeo de círculos de qualidade por um período de cerca de um ano, desde o seu começo. Um foco possível pode estar em saber como emergem as convenções para a condução de encontros no período, tomadas como parte de um estudo mais amplo do desenvolvimento das relações de poder nos círculos de qualidade. Esse *corpus* pode ser ampliado com registros do treinamento de gerentes – como líderes ou facilitadores dos círculos de qualidade – com apresentações de propostas pelos círculos de qualidade para painéis administrativos, e com a comunicação entre os círculos de qualidade e os membros da força de trabalho que não estejam envolvidos. Poderia também ser ampliado por meio de entrevistas sobre os círculos de qualidade com seus membros, com a administração sênior, com representantes do sindicato, e com outros trabalhadores da seção. Os analistas devem envolver membros dos círculos de qualidade para chegar à definição das questões de pesquisa e do foco analítico. Desenvolverei esse exemplo um pouco mais quando discutir os resultados.

Transcrição

O discurso falado, tal como o dos encontros do círculo de qualidade, necessita ser transcrito. A transcrição é um processo difícil que consome muito tempo. Dependendo do sistema de transcrição usado, pode-se precisar de seis a vinte horas ou mais para transcrever uma hora de fala gravada. Há uma diversidade de sistemas válidos de transcrição capazes de representar diferentes características da fala, com diferentes graus de detalhe – entonação, ênfase, pausa, alterações na altura e no ritmo e assim por diante (Atkinson e Heritage, 1984: ix-xvi; Tannen, 1989: 202-204). Nenhum sistema poderia mostrar tudo, e sua escolha é sempre um problema de julgamento, considerando-se a natureza do projeto e as questões de pesquisa, os tipos de característica que se quer mostrar, e quais os detalhes. Um tipo de transcrição razoavelmente econômico, adequado para muitos propósitos, deve mostrar as justaposições entre falantes, as pausas e os silêncios (exemplos são as transcrições do Capítulo 5, item "Exemplo 1: Entrevista médica 'padrão'").

O que é, talvez, menos óbvio é que a transcrição necessariamente impõe uma interpretação da fala; nas palavras de um artigo sobre esse assunto, a transcrição é teoria (Ochs, 1979). Considere uma situação onde três pessoas estão conversando, e uma toma 80% da conversa. A forma como isso é representado no papel poderia ser como uma conversação, na qual todas as três pessoas tomam turnos de fala, mas uma toma turnos mais longos e mais turnos do que as outras; ou pode ser representado como um monólogo, com várias interrupções ou demonstrações de apoio de outros falantes, talvez pela exibição da conversa do(a) falante mais loquaz em uma coluna no meio da página, com outras contribuições apresentadas nas margens (ver Edelsky, 1981, para exemplos desse tipo). De modo semelhante, se há silêncio na fita, o(a) transcritor(a) tem de decidir se o atribui a um ou a outro participante; se há superposição, se a representa como um(a) falante interrompendo outro(a).

Codificação e seleção de amostras no corpus

Os pesquisadores podem bem desejar codificar um *corpus* inteiro ou grande parte dele, em termos amplos, talvez resumindo o discurso ou codificando-o em tópicos. Ou podem decompor o *corpus* em classes particulares de traços – certos tipos de questões ou formulações (ver, no Capítulo 5, o item "Formulação"). Contudo, a concepção de discurso que apresentei e a visão de análise que resumi anteriormente são especialmente relevantes para a análise detalhada de um pequeno número de amostras de discurso. Isso levanta o problema de como selecionar amostras para análise detalhada. A resposta é, principalmente, que as amostras poderiam ser cuidadosamente selecionadas com base em um levantamento preliminar do *corpus*, tomando-se o cuidado de efetuá-lo entre os pesquisados e os colegas das disciplinas relevantes das ciências sociais, de forma que possam trazer percepções tanto quanto possível em contribuição ao discurso da prática social sob escrutínio. Uma estratégia de seleção que deve ser recomendada consiste em focalizar o que anteriormente chamei de 'ponto crítico' e 'momento de crise'. Há momentos do discurso onde há evidência de que as coisas estão caminhando de maneira errada: algum distúrbio a exigir que os participantes reparem um problema de comunicação, por exemplo, mediante solicitações ou ofertas de repetições, ou mediante a correção de um(a) participante por outro(a); disfluências excepcionais (hesitações, repetições) na produção de um texto; silêncios; mudanças súbitas de estilo. Além das evidências e do comportamento interativo dos participantes, deve-se novamente usar painéis de julgamento ou julgamentos retrospectivos dos participantes sobre os pontos que representem dificuldades. Tais momentos de crise tornam visíveis aspectos de práticas que devem ser normalmente naturalizados e, portanto, dificultar a percepção; mas também mostram mudança no processo, formas reais pelas quais as pessoas lidam com a problematização das práticas.

Análise

Esta seção consiste de um sumário dos tipos de análise que introduzi e ilustrei nos capítulos 3–7. Não obedeci exatamente à ordem pela qual os tópicos foram discutidos nesses capítulos, mas segui a mesma progressão global: (1) análise das práticas discursivas (no nível da macroanálise: ver, no Capítulo 3, o item "Prática discursiva"), focalizando a intertextualidade e a interdiscursividade das amostras do discurso; (2) análise dos textos (microanálise da prática discursiva); (3) análise da prática social da qual o discurso é uma parte. Essas três dimensões da análise vão inevitavelmente estar superpostas na prática; por exemplo, os analistas sempre começam com alguma idéia da prática social em que se situa o discurso. Mas a seqüência é útil para ordenar o resultado do engajamento de alguém em uma amostra discursiva particular antes de apresentá-la na forma escrita ou falada. Note-se que envolve uma progressão da interpretação à descrição e volta à interpretação: da interpretação da prática discursiva (processos de produção e consumo de texto) à descrição do texto, à interpretação de ambos à luz da prática social em que se situa o discurso. Não é necessário proceder nesta ordem, e os analistas podem começar da análise do texto, ou de fato da análise da prática social. A escolha dependerá dos propósitos e das ênfases da análise. 'Olhar' para os processos de análise de discurso parece ser particularmente apropriado, dada a minha principal preocupação aqui com processo e mudança.

Cada um dos principais itens no sumário adiante é seguido por uma descrição breve do tipo de análise que envolve e, em muitos casos, de um conjunto de questões que atuam como indicadores durante a análise de uma amostra discursiva particular. Deve-se ter em mente que durante a análise há uma constante alternância de foco da particularidade da amostra discursiva para o tipo (ou tipos) de discurso que ela delineia, e as configurações dos tipos de discurso para os quais está orientada. A análise poderia ser dirigida para ambos: poderia mostrar características, padrões e estruturas que são típicos de certos tipos de discurso, reestruturando tendências nas ordens de discurso, e mostrar formas de usar esses recursos convencionais que são específicos dessa amostra. Note que em qualquer análise particular algumas das categorias são provavelmente mais relevantes e úteis que outras, e os analistas provavelmente desejam focalizar um número pequeno de categorias.

Prática discursiva

Cada uma das três dimensões da prática discursiva é representada a seguir. 'Interdiscursividade' e 'Intertextualidade Manifesta' focalizam a produção do texto, 'Cadeias Intertextuais', a distribuição do texto, e 'Coerência', o consumo do texto (ver, no Capítulo 4, discussão detalhada). Complementei com 'Condições da Prática Discursiva' para apresentar aspectos sociais e institucionais brevemente aludidos no Capítulo 3 (item "Prática discursiva").

Interdiscursividade

(Ver, no Capítulo 4, o item "Interdiscursividade".) O objetivo é especificar os tipos de discurso que estão delineados na amostra discursiva sob análise, e como isso é feito. Sinta liberdade para usar o termo geral 'tipo de discurso' se não estiverem claros o gênero, a atividade, o estilo, ou o discurso. A principal forma de justificar uma interpretação é por meio da análise do texto, mostrando que nossa interpretação é compatível com as características do texto, e mais compatível do que outras. Outros tipos de evidência foram mencionados anteriormente sob o título "Ampliação do *corpus*".

Há uma maneira óbvia de caracterizar a amostra global (em termos de gênero de discurso)?

(Se for o caso, o que implica em termos de como a amostra é produzida, distribuída e consumida?)

A amostra delineia mais de um gênero?

Que tipo(s) de atividade, estilo(s), discurso(s) são delineados? (Você pode especificar estilos de acordo com o tenor, o modo e o modo retórico?)

É a amostra discursiva relativamente convencional nas suas propriedades interdiscursivas, ou relativamente inovadora?

Cadeias intertextuais

(Ver, no Capítulo 4, o item "Intertextualidade e transformações".) O objetivo aqui é especificar a distribuição de uma (um tipo de) amostra discursiva pela descrição das cadeias intertextuais das quais participa, isto é, as séries de tipos de textos nas quais ou das quais é transformada.

Que tipos de transformação essa (esse tipo de) amostra discursiva sofre?

São as cadeias intertextuais e as transformações relativamente estáveis, ou são inconstantes, ou contestadas?

Há sinais de que o produtor do texto antecipa mais do que um tipo de audiência?

Coerência

(Ver, no Capítulo 3, o item "Prática discursiva".) O objetivo aqui é considerar as implicações interpretativas das propriedades intertextuais e interdiscursivas da amostra. Isso poderia envolver os analistas em pesquisa de leitor(a), isto é, pesquisa de como os textos são realmente interpretados.

Quão heterogêneo e quão ambivalente é o texto para um(a) intérprete particular, e, conseqüentemente, quanto de trabalho inferencial é requerido? (Isso conduz diretamente às dimensões intertextuais de construção dos sujeitos no discurso: ver "Prática social", a seguir).

Esta amostra recebe leituras resistentes? De que tipo de leitor(a)?

Condições da prática discursiva

(Ver, no Capítulo 3, o item "Prática discursiva".) O objetivo é especificar as práticas sociais de produção e consumo do texto, associadas com o tipo de discurso que a amostra representa (o qual pode ser relacionado ao gênero de discurso: ver a primeira questão sob o título "Interdiscursividade", anteriormente).

O texto é produzido (consumido) individual ou coletivamente? (Há estágios distintos de produção? As pessoas do(a) animador(a), autor(a) e principal são as mesmas ou diferentes?)

Que tipos de efeitos não-discursivos possui esta amostra?

Intertextualidade manifesta

(Ver, no Capítulo 4, o item "Exemplo 2: Um guia para os portadores do cartão do banco Barclay".) A intertextualidade manifesta é uma área cinzenta entre a prática discursiva e o texto: levanta questões sobre o que vai na produção de um texto, mas também diz respeito às características que estão manifestas na superfície do texto. O objetivo é especificar o que outros textos estão delineando na constituição do texto que está sendo analisado, e como isso ocorre. Os gêneros de discurso diferem nos modos da intertextualidade manifesta com a qual estão associados (ver, no Capítulo 4, o item "Interdiscursividade"), fazendo-se necessário aqui explorar tais diferenças.

representação discursiva

É direta ou indireta?

O que está representado: aspectos do contexto e estilo, ou apenas o significado ideacional?

O discurso representado está claramente demarcado? Está traduzido na voz do discurso representado?

Como está contextualizado no discurso representado?

pressuposição

Como estão as pressuposições sugeridas no texto?

Estão ligadas a textos principais de outros ou a textos anteriores do(a) produtor(a) do texto?

São sinceras ou manipulativas?

São polêmicas (como orações negativas)?

E uma questão adicional:

Há instâncias de metadiscurso ou ironia?

Texto

CONTROLE INTERACIONAL

(Ver, no Capítulo 5, os itens "Características de controle interacional" e "Formulação".) O objetivo aqui é descrever as propriedades organizacionais gerais das interações, das quais dependem o funcionamento regular e o controle das interações. Uma questão importante é quem controla as interações e em que nível: em que extensão o controle é negociado como um empreendimento efetuado pelos participantes, e em que extensão é assimetricamente exercido por um participante?

Que regras de tomada de turnos estão em operação? São os direitos e as obrigações dos participantes (com respeito à justaposição ou ao silêncio, por exemplo) simétricos ou assimétricos?

Que estrutura de troca está em operação?

Como os tópicos são introduzidos, desenvolvidos e estabelecidos, e é o controle de tópico simétrico ou assimétrico?

Como são as agendas apresentadas e por quem? Como são policiadas e por quem? Um participante avalia as expressões dos outros?

Em que extensão os participantes formulam a interação? Que funções as formulações têm, e qual(is) participante(s) formula(m)?

COESÃO

(Ver, no Capítulo 6, o item "Conectivos e argumentação".) O objetivo é mostrar como as orações e os períodos estão conectados no texto. Essa informação é relevante para a descrição do modo retórico do texto (ver, no Capítulo 4, o item "Interdiscursividade"): sua estrutura como um modo de argumentação, narrativa, etc.

Que relações funcionais existem entre as orações e os períodos do texto?

Há marcadores coesivos de relações funcionais explícitos na superfície? Que tipos de marcadores (referência, elipse, conjunção, lexical) são mais usados?

POLIDEZ

(Ver, no Capítulo 5, o item "Polidez".) O objetivo é determinar quais estratégias de polidez são mais usadas na amostra, se há diferenças entre os participantes e o que essas características sugerem sobre as relações sociais entre os participantes.

Quais estratégias de polidez (polidez negativa, polidez positiva, implícitos) são usadas, por quem e com quais propósitos?

ETHOS

(Ver, no Capítulo 5, o item *Ethos*.) O objetivo é reunir as diversas características que vão em direção à construção do eu, ou de identidades sociais, na amostra. O *ethos* envolve não apenas o discurso, mas todo o corpo. Qualquer uma das categorias analíticas listadas aqui pode ser relevante para o *ethos*.

GRAMÁTICA

Três dimensões da gramática nas orações são diferenciadas aqui: transitividade, tema e modalidade. Correspondem respectivamente às funções da linguagem ideacional, textual e interpessoal (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso").

TRANSITIVIDADE

(Ver, no Capítulo 6, o item "Transitividade e tema".) O objetivo é verificar se tipos de processo e participantes particulares estão favorecidos no texto, que escolhas de voz são feitas (ativa ou passiva) e quão significante é a nominalização dos processos. Um maior interesse está na agência, na expressão de causalidade e na atribuição de responsabilidade.

Que tipos de processo (ação, evento, relacional, mental) são mais usados, e que fatores podem ser considerados em função disso?

A metáfora gramatical é uma característica significante?

As orações passivas ou as nominalizações são freqüentes, e, em caso positivo, que funções parecem desempenhar?

TEMA

(Ver, no Capítulo 6, o item "Transitividade e tema".) O objetivo é verificar se há um padrão discernível na estrutura temática do texto para as escolhas dos temas das orações.

Qual é a estrutura temática do texto e que suposições (por exemplo, sobre a estruturação do conhecimento ou da prática) lhe são subjacentes?

Os temas marcados são freqüentes e, em caso positivo, quais são suas motivações?

MODALIDADE

(Ver, no Capítulo 5, o item "Modalidade".) O objetivo é determinar padrões, no texto, quanto ao grau de afinidade expressa com proposições, por meio da modalidade. O interesse maior está em avaliar o significado relativo das características da modalidade para: a) as relações sociais no discurso; e b) o controle das representações da realidade.

Que tipos de modalidade são mais freqüentes?

São as modalidades predominantemente subjetivas ou objetivas?

Que características de modalidade (verbos modais, advérbios modais, etc.) são mais usadas?

SIGNIFICADO DAS PALAVRAS

(Ver, no Capítulo 6, o item "Significado das palavras".) A ênfase está nas palavras-chave que têm significado cultural geral ou mais local; nas palavras cujos significados são variáveis e mutáveis; e no significado potencial de uma palavra – uma estruturação particular de seus significados – como um modo de hegemonia e um foco de luta.

CRIAÇÃO DE PALAVRAS

(Ver, no Capítulo 6, o item "Criação de palavras".) O objetivo é contrastar as formas de lexicalização dos sentidos com as formas de lexicalização dos mesmos em outros (tipos de) textos e identificar a perspectiva interpretativa que subjaz a essa lexicalização.

O texto contém itens lexicais novos e, em caso positivo, que significado teórico, cultural e ideológico eles têm?

Que relações intertextuais estão delineadas para a lexicalização no texto?

O texto contém evidência de perífrase ou relexicalização (em oposição a outras lexicalizações) de certos domínios de sentido?

METÁFORA

(Ver, no Capítulo 6, o item "Metáfora".) O objetivo é caracterizar as metáforas usadas na amostra discursiva, em contraste com as metáforas usadas para sentidos similares em outro lugar, e determinar que fatores (cultural, ideológico, etc.) determinam a escolha da metáfora. O efeito das metáforas sobre o pensamento e a prática deveria também ser considerado.

Prática Social (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso como prática social: ideologia e hegemonia", e o Capítulo 7).

A análise da prática social é mais difícil de ser reduzida a uma lista; portanto, os itens que se seguem deveriam ser considerados somente como uma orientação aproximada. O objetivo geral aqui é especificar: a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social.

MATRIZ SOCIAL DO DISCURSO

O objetivo é especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prá-

tica social e discursiva; como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações (é convencional e normativa, criativa e inovadora, orientada para reestruturá-las, opositivas, etc.?): e que efeitos ela traz, em termos de sua reprodução ou transformação?

Ordens de discurso

O objetivo é especificar o relacionamento da instância da prática social e discursiva com as ordens de discurso que ela delineia e os efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso para as quais contribui. A atenção deveria ser dada às tendências de larga escala que afetam as ordens de discurso discutidas no Capítulo 7.

Efeitos ideológicos e políticos do discurso

É útil focalizar os seguintes efeitos ideológicos e hegemônicos particulares (ver, no Capítulo 3, o item "Discurso como prática social: ideologia e hegemonia"):

sistemas de conhecimento e crença;
relações sociais;
identidades sociais ('eu').

Há sempre análises alternativas possíveis para as amostras discursivas, e emerge a questão de como os analistas podem justificar as análises que propõem (como podem 'validá-las'). Não há uma resposta simples, e tudo o que se pode fazer é decidir, diante das análises alternativas, qual parece ser preferível na avaliação da evidência disponível. Há vários fatores a serem levados em conta. Um deles é a extensão com que uma análise proposta explica a amostra discursiva: ela explica totalmente as características detalhadas, ou deixa as características inexplicadas, ou ainda parece estranhar as características? Outro fator é se uma análise proposta está baseada no que os participantes fazem em uma interação. Se, por exemplo, afirma-se que um texto está estruturado de uma maneira contraditória, pelo delineamento incompatível de gêneros, os participantes realmente dão evidência de que experimentam isto como problemático em suas contribuições? Pode-se também levar em conta as reações dos participantes à análise; se ela faz sentido para eles e ajuda-os a explicar outros aspectos do tipo de discurso em foco, isso é a seu favor. Uma consideração relacionada é a extensão com que a análise joga luz sobre outros dados para o(a) analista e provê uma base (mesmo um modelo) para outras análises (ver Potter e Wetherell, 1987: 169-172, para uma discussão mais detalhada de questões relacionadas com a validação).

Resultados

A primeira observação a fazer aqui é que, se os analistas têm algum controle sobre como os resultados são usados, nunca têm total controle depois que os resultados caem no domínio público. Isso confronta os analistas com um dilema do qual estou plenamente consciente, mas que não está completamente resolvido. Argumentei no Capítulo 7 que há um processo difundido de tecnologização do discurso, que usa a pesquisa sobre o discurso para redesenhar as práticas discursivas e treinar as pessoas para usar novas práticas discursivas. A tecnologização do discurso é uma fonte para a engenharia cultural e social, e muitos analistas de discurso encontrarão objeções para o fato de ser usada e, certamente, para algumas formas em que é usada. Mas como posso eu ou outros analistas estarmos seguros de que a pesquisa que estou desenvolvendo não é usada em tais contextos? A resposta honesta, mesmo que dolorosa, é de que não posso: como os acadêmicos em muitos outros campos, os analistas de discurso estão cada vez mais correndo o risco de ser integrados em agendas burocráticas e administrativas. Como afirmei na discussão da tecnologização do discurso, esta é uma tendência que está, até o presente, manifesta apenas parcialmente em diferentes instituições e domínios. A minha impressão é a de que está caminhando para congregar força, talvez bem rapidamente, e pôr os analistas em dilemas mais prementes, num futuro não muito distante.

Pode-se, naturalmente, parar de fazer pesquisa, ou fazer pesquisa sobre algo diferente; mas é difícil encontrar áreas de pesquisa que estejam livres de abuso, e estas são soluções que a maioria de nós acha difícil contemplar. Talvez tal pessimismo deveria ser qualificado. As tecnologias do discurso, como outras tecnologias, abrem possibilidades em várias direções, algumas mais benéficas para a maioria das pessoas do que outras. Descrevi a tecnologização do discurso como um uso burocrático ou administrativo do conhecimento sobre o discurso para impor mudança, mas esse conhecimento poderia também ser usado em busca de mudança de baixo para cima. Nesse sentido, venho argumentando com colegas em outras ocasiões (Clark *et al.*, 1988; Fairclough e Ivanic, 1989; Fairclough, 1992)[2] a favor de um elemento de 'Consciência Lingüística Crítica' (CLC), na educação lingüística de todos os alunos, que poderia fornecer-lhes o conhecimento para iniciar mudanças em suas próprias práticas discursivas, e nas práticas discursivas de sua comunidade.

A CLC objetiva recorrer à linguagem e à experiência discursiva dos próprios aprendizes, para ajudá-los a tornarem-se mais conscientes da prática em que estão envolvidos como produtores e consumidores de textos: das forças sociais e interesses que a moldam, as relações de poder e ideologias que a investem; seus efeitos sobre as identidades sociais, relações sociais, conhecimentos e crenças; e o papel do discurso nos processos de mudança cultural e social (incluindo a tecnologização do discurso). Mediante a conscientização, os aprendizes podem tornar-se mais conscientes das coerções sobre sua própria prática, e das possibilidades, dos riscos e dos custos do desafio individual ou coletivo dessas coerções, para se engajarem em uma prática lingüística emancipatória. Dessa descrição sumária fica claro como a CLC poderia recorrer ao tipo de análise de discurso que defendi neste livro. Mas ela também envolve a consciência da variedade lingüística: consciência histórica dos processos hegemônicos de padronização da linguagem, e os interesses que residem por trás deles; consciência de

[2] Fairclough, N. (ed.) *Critical language awareness* (Consciência lingüística crítica), Londres e Nova York, Longman, 1992.

como a variedade padrão (por exemplo, o inglês padrão) é imposta em contextos de prestígio; de como tais coerções prejudicam os usuários de outras variedades; das possibilidades e dos riscos de ir contra elas, desafiando a hegemonia do padrão. Como isto conclui, a CLC considera o desenvolvimento da consciência lingüística e da prática lingüística como mutuamente reforçador.

Os analistas podem também desejar continuar seu relacionamento com os pesquisados após a pesquisa estar completa. Isso pode envolver no mínimo a escrita dos resultados em uma forma que seja acessível e útil para eles, e talvez entrando em diálogo com eles sobre os resultados e suas implicações. Ou pode requerer envolvimento a longo prazo na ação que as pessoas decidem tomar em resposta aos resultados. Por exemplo, se o projeto para investigar os círculos de qualidade na indústria, referido anteriormente, fosse para mostrar que os gerentes controlam amplamente os encontros do círculo de qualidade (talvez em termos de tipos de controle interacional discutidos no Capítulo 5, itens "Características de controle interacional" e "Formulação"), os trabalhadores (ou gerentes ou ambos) poderiam decidir tentar desenvolver formas de interação que permitissem que o controle fosse mais bem distribuído e negociado. Os analistas de discurso podem bem estar aptos a transformar suas habilidades analíticas em auxílio nesse planejamento.

Portanto, há possibilidades para os analistas exercerem algum controle sobre o uso de seus resultados de pesquisa. Mas penso que seria enganador terminar com uma nota tão otimista. Se a tecnologização do discurso ganha força, conforme eu predisse, os analistas de discurso serão fortemente pressionados a proteger suas intervenções bem intencionadas, para não serem apropriadas por aqueles que detêm o poder, os recursos e o dinheiro.